



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	14842/2025
Estudo Preliminar nº:	14842/2025
Secretaria:	Secretaria de Educação
Setor / Órgão:	Setor de Patrimônio
Objetivo:	Este documento apresenta Estudos Preliminares voltados à busca da melhor solução em relação a serviços continuados de recarga, manutenção e afiação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: Gás Carbônico (CO2) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L , para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação.
Equipe de Planejamento:	Gestor: Gustavo da Silva Martins – matr.: 105.872
	Apoio Técnico: Márcia Irene dos Santos – matr.: 105.571
	De acordo: Eraldo Alves da Silva Júnior - matr.: 116.272
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	
Não é possível apresentar o demonstrativo, pois o plano de contratações anual ainda não foi implementado.	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	
<p>Os serviços continuados de recarga, manutenção preventiva e corretiva, além da afiação de extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação são medidas essenciais para garantir a segurança e a conformidade legal dos ambientes educacionais. Esses serviços são voltados aos extintores instalados nas Unidades Escolares (urbanas e rurais), no Almoxarifado Central e no Núcleo Central da Secretaria, que constituem o conjunto de instalações sob a responsabilidade da Pasta.</p> <p>A manutenção periódica, prevista na ABNT NBR 12962:2016, e a recarga regular dos extintores são ações obrigatórias que visam manter os equipamentos aptos para uso imediato, garantindo a eficácia em situações emergenciais. A inspeção técnica, a troca de componentes deteriorados, os ensaios de estanqueidade e a verificação de pressão interna, entre outros procedimentos, são fundamentais para preservar a funcionalidade dos equipamentos e evitar falhas críticas no momento da necessidade.</p>	



Adicionalmente, conforme os parâmetros da ABNT NBR 12693:2021, é indispensável que os extintores estejam afixados de forma visível, acessível e sinalizada, respeitando critérios como altura máxima do suporte, distância de alcance e compatibilidade com o risco da área protegida. Essa norma também prevê que os extintores estejam distribuídos estrategicamente, considerando o tipo de ocupação, carga de incêndio e classificação de risco da edificação.

Dada a dinâmica das unidades escolares – com fluxo constante de pessoas, movimentação de mobiliário e mudanças estruturais ocasionais – é comum que ocorram deslocamentos acidentais, queda de extintores, perda de lacres ou desgaste de suportes, demandando intervenções corretivas imediatas, o que justifica a necessidade de um contrato de natureza continuada.

A prestação ininterrupta desses serviços assegura que todas as unidades da rede permaneçam em conformidade com a legislação vigente, inclusive com a Instrução Técnica (IT) aplicável do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, garantindo a obtenção ou renovação dos Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou documentos equivalentes.

Portanto, a presente busca de melhor solução visa não apenas atender a exigências legais e normativas, mas principalmente zelar pela integridade física dos estudantes, servidores e visitantes, promovendo um ambiente seguro, preparado para emergências e alinhado com os princípios da gestão preventiva de riscos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Estudos para a escolha da melhor solução em relação a serviços continuados de recarga, manutenção e afixação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: Gás Carbônico (CO₂) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L, para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação. Esta busca da solução para recargas de extintores atenderá às necessidades da Secretaria de Educação pelo período de 1 (um) ano.

Para a correta busca da solução, para que se possa manusear extintores de incêndio, é necessário que sejam seguidas as seguintes normas da ABNT: ABNT BNR 12693:2021; ABNT NBR 12962:2016; ABNT NBR 15808:2017; ABNT NBR 15809:2017. E para se realizar as recargas devidamente, deverá haver, conforme a Portaria INMETRO/ME N° 58/2022 credenciamento junto ao INMETRO, bem como é necessária a autorização do Corpo de Bombeiros Militar da unidade federativa correspondente, a fim de assegurar que os procedimentos estejam alinhados com as exigências de segurança e regulamentação local.

Qualquer divergência se orientar pelas Normas já mencionadas.

A seguir os requisitos da contratação para guiar o que deve ser feito nos casos de recargas de extintores, sempre seguindo as ABNT NBR 12963:2021 e ABNT NBR 12962:2016:

A contratada deverá realizar inspeção nos extintores de incêndio com carga de gás carbônico e cilindros para o gás expelente, com frequência de três meses, sendo 01 (uma) inspeção imediata após a contratação e outra inspeção, 03 (três) meses após a primeira.

4.2 Para os demais extintores, a empresa contratada deverá realizar inspeção única, em data determinada pela contratante.



- a. A contratada deverá **recolher e devolver** os extintores nos locais (endereços) indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência.
 - b. Ao retirar os extintores para manutenção, a empresa contratada deverá deixar, em substituição, outros com as mesmas características e em perfeitas condições de uso, evitando que o local fique desprovido de extintores durante o período em que o serviço estiver sendo executado.
 - c. Local de execução dos serviços, quando necessário, será a oficina do licitante vencedor.
 - d. A empresa vencedora deverá manter seguro de responsabilidade civil, guarda de equipamentos de terceiros e seguro de incêndio.
 - e. Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos após os equipamentos serem examinados por um representante da Secretaria de Educação.
 - f. Após a manutenção, a contratada deverá entregar os equipamentos aos seus respectivos setores devidamente limpos, inclusive com pintura nova quando necessário.
 - g. Os serviços de manutenção serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
 - h. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e correções.
 - i. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - j. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
 - k. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.3 Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracteriza pessoalidade e subordinação direta.
- 4.5 Os extintores deverão ser retirados dos locais indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência pela empresa vencedora do lote da licitação, sempre em horário comercial (das 09h às 18h). A empresa se responsabilizará pela retirada e transporte dos extintores, bem como toda a mão de obra envolvida nesta operação para posterior recarga e reinstalação dos equipamentos em seus locais de origem. A empresa será responsável, ainda, pela guarda dos equipamentos após a sua retirada;
- 4.6 A empresa Vencedora deverá efetuar além do Serviço de Recarga, os serviços de Inspeção Técnica



e Manutenção, de forma acessória, em todos os Extintores que compõem o rol de patrimônios da Secretaria de Educação, e daqueles que vierem a fazer parte deste rol, no decorrer do contrato conforme margem de segurança prevista. Sem custos adicionais para a contratante.

4.7 A Inspeção Técnica deverá ser feita trimestralmente em todos os extintores, sendo a primeira em até 30 dias após a assinatura de contrato.

4.8 A Manutenção deverá ser realizada conforme conveniência e necessidade apontadas no relatório da Inspeção Técnica, e previamente aprovadas pelo Fiscal do Contrato.

4.1.2.2. DA LOGÍSTICA REVERSA:

4.1.2.2.1. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

1.1 A contratada deverá realizar inspeção nos extintores de incêndio com carga de gás carbônico e cilindros para o gás expelente, com frequência de três meses, sendo 01 (uma) inspeção imediata após a contratação e outra inspeção, 03 (três) meses após a primeira.

1.2 Para os demais extintores, a empresa contratada deverá realizar inspeção única, em data determinada pela contratante.

l. A contratada deverá **recolher e devolver** os extintores nos locais (endereços) indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência.

m. Ao retirar os extintores para manutenção, a empresa contratada deverá deixar, em substituição, outros com as mesmas características e em perfeitas condições de uso, evitando que o local fique desprovido de extintores durante o período em que o serviço estiver sendo executado.

n. Local de execução dos serviços, quando necessário, será a oficina do licitante vencedor.

o. A empresa vencedora deverá manter seguro de responsabilidade civil, guarda de equipamentos de terceiros e seguro de incêndio.

p. Os serviços de manutenção só serão considerados realizados e aceitos após os equipamentos serem examinados por um representante da Secretaria de Educação.

q. Após a manutenção, a contratada deverá entregar os equipamentos aos seus respectivos setores devidamente limpos, inclusive com pintura nova quando necessário.

r. Os serviços de manutenção serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

s. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades e correções.

t. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

u. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo



fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

v. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.1.2.2.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2.2.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracteriza pessoalidade e subordinação direta.

4.1.2.2.4 Os extintores deverão ser retirados dos locais indicados nas planilhas anexo a este Termo de Referência pela empresa vencedora do lote da licitação, sempre em horário comercial (de 09:00h às 18:00h). A empresa se responsabilizará pela retirada e transporte dos extintores, bem como toda a mão de obra envolvida nesta operação para posterior recarga e reinstalação dos equipamentos em seus locais de origem. A empresa será responsável, ainda, pela guarda dos equipamentos após a sua retirada;

4.1.2.2.5 A empresa Vencedora deverá efetuar além do Serviço de Recarga, os serviços de Inspeção Técnica e Manutenção, de forma acessória, em todos os Extintores que compõem o rol de patrimônios da Secretaria de Educação, e daqueles que vierem a fazer parte deste rol, no decorrer do contrato conforme margem de segurança prevista. Sem custos adicionais para a contratante.

4.1.2.2.6 A Inspeção Técnica deverá ser feita trimestralmente em todos os extintores, sendo a primeira em até 30 dias após a assinatura de contrato.

4.1.2.2.7 A Manutenção deverá ser realizada conforme conveniência e necessidade apontadas no relatório da Inspeção Técnica, e previamente aprovadas pelo Fiscal do Contrato.

4.1.2.2.8 A empresa Vencedora deverá efetuar além do Serviço de Recarga, os serviços de Inspeção Técnica e Manutenção, de forma acessória, em todos os Extintores que compõem o rol de patrimônios da Secretaria de Educação, e daqueles que vierem a fazer parte deste rol, no decorrer do contrato conforme margem de segurança prevista. Sem custos adicionais para a contratante.

4.1.2.2.9 A Inspeção Técnica deverá ser feita trimestralmente em todos os extintores, sendo a primeira em até 30 dias após a assinatura de contrato.

4.1.2.2.10 A Manutenção deverá ser realizada conforme conveniência e necessidade apontadas no relatório da Inspeção Técnica, e previamente aprovadas pelo Fiscal do Contrato.

4.1.2.2.11 Na execução dos serviços, deverá ser obedecido às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes: a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias; b) durante os processos de retirada de



substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração; c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final; d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável; e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H1301 e H-2402; f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução; g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente. g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração. g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.”

4.2 INSPEÇÃO

Exame trimestral, efetuado por pessoal habilitado, que se realiza no extintor de incêndio, com a finalidade de verificar se este permanece em condições originais de uso.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

O relatório de inspeção deve conter no mínimo as seguintes informações:

- a) data da inspeção e identificação do executante;*
- b) identificação do extintor (inclusive número de Patrimônio);*
- c) localização do extintor;*
- d) nível de manutenção executado, discriminado de forma clara e objetiva.*
- e) assinatura do profissional responsável pela inspeção e do fiscal do contrato.*

4.3 MANUTENÇÃO

Serviço efetuado no extintor de incêndio, com a finalidade de manter suas condições originais de operação, após sua utilização ou quando requerido por uma inspeção.

4.3.1 MANUTENÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL

Geralmente efetuada no ato da inspeção por pessoal habilitado, que pode ser executada no local onde o extintor está instalado, não havendo necessidade de removê-lo para oficina especializada. Consiste em:

- a) limpeza dos componentes aparentes;
- b) reaperto de componentes rosqueados que não estejam submetidos à pressão;



- c) afixação e colocação do quadro de instruções;
- d) substituição ou colocação de componentes que não estejam submetidos à pressão por componentes originais;
- e) conferência, por pesagem, da carga de cilindros carregados com dióxido de carbono.

4.3.2 MANUTENÇÃO DE SEGUNDO NÍVEL

Requer execução de serviços com equipamentos e local apropriados e por pessoal habilitado.

- a) desmontagem completa do extintor;
- b) verificação da carga;
- c) limpeza de todos os componentes;
- d) controle de rosca visual, sendo rejeitadas as que apresentarem um dos eventos:
 - crista danificada;
 - falhas de filetes;
 - francos desgastados;
- e) verificação das **partes internas e externas**, quanto à existência de danos ou corrosão;
- f) substituição de componentes, quando necessária, por outros originais;
- g) regulagem das válvulas de alívio e/ou reguladora de pressão, quando houver;
- h) verificação do indicador de pressão, conforme as NBRs 15808:2017; 15809:2017; 12692:2016; 12693:2021;
- i) fixação o dos componentes roscados (exceto roscas cônicas) com torque recomendado pelo fabricante, no mínimo para as válvulas de descarga, bujão de segurança e tampa;
- j) pintura conforme o padrão estabelecido na NBR 7195:2018 e colocação do quadro de instruções, quando necessário;
- l) verificação da existência de vazamento;
- m) **colocação do lacre**, identificando o executor;
- n) exame visual dos componentes de materiais plásticos, com o auxílio de lupa com aumento de pelo menos 2,5 vezes, os quais não podem apresentar rachaduras ou fissuras.

4.3.3 MANUTENÇÃO DE TERCEIRO NÍVEL

Processo de revisão total do extintor, incluindo a execução de ensaios hidrostáticos.

4.4 RECARGA

Reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente.

- a) O agente extintor utilizado na recarga deve ser certificado de acordo com as normas pertinentes.
- b) **Não são permitidas** a substituição do tipo de agente extintor ou do gás expelente nem a alteração das pressões ou quantidades indicadas pelo fabricante.
- c) Os prazos para recarga de extintores são determinados pela Norma Brasileira – NBR 12962:2016, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- d) A recarga deve ser realizada considerando-se as condições de manutenção e manuseio



- e) O agente extintor utilizado na recarga deve ser certificado de acordo com as normas pertinentes.
- f) A água utilizada na recarga deve ser portátil.
- g) No IMETRO existe um Selo de Conformidade para extintores, que garante a qualidade do equipamento e das empresas especializadas na manutenção. O selo deve ser trocado a cada manutenção/recarga do equipamento, com a data do próximo vencimento, e é válido em todo território nacional. O selo garante que o extintor ou serviço de manutenção/recarga foi certificado por uma instituição credenciada pelo INMETRO

A Portaria INMETRO/ME nº 58/2022 faz a certificação do INMETRO junto às empresas.

4.5 COMPONENTES ORIGINAIS

Formam o extintor como originalmente fabricado ou que são reconhecidamente elaborados pelo fabricante do extintor. Exceção para o quadro de instruções, desde que contenha as informações originais do fabricante e a identificação da empresa prestadora do serviço de manutenção.

4.6 ENSAIO HIDROSTÁTICO

Executado em alguns componentes do extintor de incêndio sujeitos à pressão permanente ou momentânea, utilizando-se, normalmente, a água como fluido, e, que tem como principal objetivo, avaliar a resistência dos componentes a pressões superiores à pressão normal de carregamento ou de funcionamento do extintor, **definidas em suas respectivas normas de fabricação.**

Demais serviços corretivos correlatos para o bom funcionamento dos extintores de incêndio, pertencentes ao rol desta Secretaria.

Observação: Não se enquadra neste subitem a prestação de serviços em garantia fornecida pelo fabricante.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

A estimativa do quantitativo de recargas para os extintores de incêndio foi elaborada considerando o número atual de equipamentos distribuídos nas dependências da Secretaria de Educação, nas unidades escolares, na frota de ônibus escolares e no almoxarifado. Essa previsão tem como base os critérios técnicos definidos pela ABNT NBR 12693:2021, que regulamenta os sistemas de proteção por extintores de incêndio, determinando a necessidade de inspeção, manutenção e recarga periódica dos equipamentos, independentemente de terem sido utilizados.

A seguir, apresenta-se a explicação detalhada por tipo de extintor e sua alocação nos diferentes setores:

1. Extintores de Água Pressurizada – 10 Litros

Esses extintores são indicados para combate a incêndios da classe A, que envolvem materiais sólidos combustíveis, como papel, madeira e tecido — muito comuns em salas de aula, bibliotecas e setores administrativos. Com base na quantidade de equipamentos atualmente instalados nas unidades escolares, núcleo da secretaria e almoxarifado, estima-se a necessidade de recarga de 353 extintores deste tipo. Esse número corresponde aos equipamentos que já se encontram em uso nesses ambientes e que, por norma, devem passar por manutenção anual, com recarga ou substituição conforme necessidade identificada na inspeção.



2. Extintores de Gás Carbônico (CO₂) – 6kg

Destinados à proteção contra incêndios da classe C (equipamentos elétricos e eletrônicos energizados), os extintores de CO₂ são amplamente utilizados em ambientes administrativos, laboratórios de informática, salas com computadores, e áreas técnicas com risco elétrico. A estimativa de 276 recargas se baseia nos extintores atualmente distribuídos entre as unidades escolares, o núcleo da secretaria e o almoxarifado, onde há presença significativa de instalações elétricas sensíveis.

3. Extintores de Pó Químico Seco (PQS) – 4kg

Com aplicação versátil em incêndios das classes B (líquidos inflamáveis) e C (elétricos), os extintores PQS de 4kg são mais comuns em espaços menores e principalmente em veículos da frota de transporte escolar, onde são exigidos por legislação de trânsito e segurança veicular. A previsão de 7 recargas abrange os extintores atualmente presentes somente nos ônibus escolares.

4. Extintores de Pó Químico Seco (PQS) – 6kg

Também voltados ao combate de incêndios das classes B e C, os extintores de 6kg são utilizados em ambientes maiores, como cozinhas escolares, almoxarifados, salas de manutenção e pátios escolares com maior carga de fogo. Com base na quantidade instalada atualmente nesses setores, estima-se a recarga de 37 unidades.

A presente estimativa leva em conta a necessidade de manutenção preventiva anual, conforme definido pela ABNT NBR 12693:2021, que estabelece que todos os extintores devem passar por inspeção mensal e manutenção técnica no máximo a cada 12 meses, com recarga obrigatória em caso de uso, vazamento, perda de pressão ou vencimento do agente extintor.

Diante do exposto, a planilha contendo a relação detalhada de cada extintor a ser recarregado será anexada a este Estudo Técnico Preliminar que integra o presente processo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado foi realizado por meio de pesquisas extraídas do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com foco em contratações similares na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021. Esse levantamento é essencial para estudar as práticas adotadas por outros órgãos e entidades públicas, a fim de identificar alternativas que possam atender às necessidades da administração pública de maneira mais eficiente.

Durante a pesquisa de mercado, ficou evidente que a ideia de que a própria Secretaria de Educação possa adquirir cargas e realizar internamente a recarga de extintores pode, em um primeiro momento, parecer economicamente viável. No entanto, essa prática apresenta diversas desvantagens técnicas, legais, operacionais e de segurança, que comprometem não apenas a eficácia dos equipamentos, mas também a legalidade e a responsabilidade institucional diante de sinistros.

Em primeiro lugar, a recarga de extintores é uma atividade classificada como de alto risco, que envolve manipulação de agentes pressurizados, gases e compostos químicos inflamáveis ou asfixiantes. Por essa razão, a legislação brasileira exige que essa atividade seja realizada exclusivamente por empresas especializadas, certificadas e autorizadas pelo Corpo de Bombeiros e cadastradas no INMETRO. Essas empresas devem atender a critérios rígidos estabelecidos pela ABNT NBR 12962:2016, que regula os



procedimentos de inspeção e manutenção de extintores de incêndio. Ou seja, a Secretaria de Educação, por ser um órgão administrativo e educacional, não possui atribuição legal, tampouco a estrutura técnica e operacional necessária para realizar essa atividade com segurança e dentro da norma.

Além disso, a recarga correta exige equipamentos específicos, como bancadas pressurizadoras, cilindros de teste, balanças de precisão, câmaras de contenção, instrumentos de calibração e materiais compatíveis com cada tipo de agente extintor (gás carbônico, pó químico seco, água pressurizada). O investimento necessário para aquisição, manutenção e operação desses equipamentos seria elevado e incompatível com a função-fim da Secretaria. Mesmo que esse aparato fosse adquirido, ainda haveria a necessidade de formar e manter uma equipe técnica habilitada, composta por profissionais certificados e capacitados periodicamente — o que demandaria custos recorrentes, além de gestão operacional dedicada exclusivamente à área.

Outro ponto crítico é o risco institucional e jurídico. Em caso de falha no funcionamento de um extintor recarregado indevidamente — por exemplo, durante um princípio de incêndio em uma escola —, a responsabilidade legal e civil recairia diretamente sobre o ente público. Isso poderia gerar sérias consequências, como ação por negligência, responsabilização de gestores, perdas materiais e até danos à integridade física de alunos e servidores, além da negativa na emissão ou renovação do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

Por fim, cabe ressaltar que a contratação de empresa especializada permite rastreabilidade, garantia de qualidade, responsabilidade técnica e emissão de laudos e certificados, além de assegurar o cumprimento integral das normas da ABNT e das exigências do Corpo de Bombeiros. Isso confere maior confiabilidade ao serviço prestado e permite à Secretaria concentrar-se em suas atividades-fim: a gestão e o desenvolvimento da educação pública.

Dessa forma, é tecnicamente e juridicamente inviável que a Secretaria de Educação assuma a execução direta da recarga dos extintores, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada, capaz de garantir segurança, legalidade e eficiência na prestação desse serviço essencial à proteção da vida e do patrimônio público.

Este tipo de contratação e na mesma modalidade vem sendo praticado em todo o território nacional, assim como já foi realizado por esta municipalidade. Além de diversas contratações, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender esse tipo de demanda. Seguem as pesquisas abaixo:

Órgão: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO – RECIFE/PE
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de recarga e manutenção de equipamentos de combate a incêndios (extintores de incêndio) - SEI 00012056-60.2024.8.17.8017 RMSA
Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 28, Inciso I.
ID PNCP: 11431327000134-1-000184/2024
Valor homologado: R\$ 119.704,00
Modalidade: Pregão Eletrônico.
Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/11431327000134/2024/184



Acesso: 25/04/2025	
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO – CAMPO GRANDE/MS	
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL COMPRA DE EXTINTORES, SUPORTE, MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO, ESGUICHO, CONEXÃO STORZ, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA E TESTE HIDROSTÁTICOS	
Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 28, Inciso I.	
ID PNCP: 02940523000143-1-000012/2025	
Valor homologado: R\$ 870.089,26	
Modalidade: Pregão Eletrônico/SRP.	
Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/02940523000143/2025/12	
Acesso: 15/04/2025	
Órgão: MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO – SANTO ÂNGELO/RS	
Objeto: Registro de preços de Extintores e Recargas.	
Amparo legal: Lei 14.133/21, Art. 28, Inciso I.	
ID PNCP: 87613071000148-1-000046/2025	
Valor homologado: R\$ 92.970,00	
Modalidade: Pregão Eletrônico/SRP	
Disponível em: https://pncp.gov.br/app/editais/87613071000148/2025/46	
Acesso: 25/04/2025	
7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:	
<p>Para a estimativa do valor a ser contratado, foi considerada a média dos Preços praticados no PNCP juntamente com a nova proposta comercial nº 499/2025, apresentada pela empresa WC Extintores LTDA, tendo em vista que esta foi a vencedora da última licitação realizada, conforme o Pregão Eletrônico nº 245/2023 e o Processo Administrativo nº 19.156/2023, resultando na celebração do Contrato nº 044/2024 com a Prefeitura, especificamente para a prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio. Conforme tabela anexada a este ETP.</p> <p>O preço total estimado é de R\$ 54.233,88 (cinquenta e quatro mil duzentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).</p>	
8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:	
<p>A Administração Pública, visando garantir segurança e bem-estar nas Unidades Escolares e na Secretaria de Educação para, cada vez mais, melhorar o conforto dos alunos da Rede Pública de Ensino, optou por contratar Empresas especializadas para prestar serviços continuados de recarga, manutenção e afixação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação existentes dos tipos: Gás Carbônico (CO2) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6 Kg, Pó Químico Seco (PQS) 4 Kg e Água Pressurizada (AP) 10L, para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e</p>	



Núcleo Central da Secretaria de Educação.

A presente solução consiste na contratação de empresa especializada, devidamente registrada junto aos órgãos competentes, inclusive ao Corpo de Bombeiros Militar, para a execução de serviços continuados de recarga, manutenção preventiva e corretiva, testes hidrostáticos e afiação de extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria Municipal de Educação. A medida visa atender integralmente às necessidades das unidades escolares da rede municipal, bem como do Almoxarifado Central e do Núcleo Central da Secretaria, assegurando que os equipamentos de combate a incêndio estejam sempre em conformidade com as normas técnicas vigentes e aptos ao uso imediato.

Para isso, a empresa contratada será responsável por realizar a manutenção periódica dos extintores, conforme previsto na ABNT NBR 12962:2016, abrangendo inspeções técnicas, substituição de peças danificadas, testes de pressão e estanqueidade, reapertos, limpeza e demais procedimentos necessários para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos. Além disso, será realizada a recarga dos extintores de Gás Carbônico (CO₂) de 6 kg, Pó Químico Seco (PQS) de 4 kg e 6 kg, e Água Pressurizada (AP) de 10 litros, de acordo com a demanda identificada e os prazos de validade de cada equipamento.

Adicionalmente, a solução prevê a correta afiação e reinstalação dos extintores em locais estratégicos, observando os critérios da ABNT NBR 12693:2021, que estabelece requisitos sobre altura de instalação, visibilidade, sinalização adequada e facilidade de acesso. O serviço incluirá ainda a identificação individualizada de cada extintor, com aplicação de etiquetas, lacres e registros que permitam o controle rigoroso da manutenção e rastreabilidade dos equipamentos.

Considerando a natureza das unidades atendidas, com movimentações constantes de mobiliário e fluxo de pessoas, além de possíveis danos acidentais aos equipamentos, é essencial que os serviços sejam prestados de forma contínua ao longo do período contratual. Assim, garante-se uma cobertura abrangente e tempestiva para todas as escolas, almoxarifados e setores administrativos, inclusive para substituições emergenciais ou atendimentos corretivos imediatos, conforme a necessidade.

Por fim, a adoção dessa solução também permitirá padronizar as intervenções técnicas e assegurar o cumprimento das exigências legais relativas à segurança contra incêndios. Dessa forma, contribui-se diretamente para a preservação da integridade física de alunos, servidores e demais frequentadores dos espaços educacionais, ao mesmo tempo em que se promove a conservação do patrimônio público e a conformidade com os requisitos do Corpo de Bombeiros e da legislação vigente. Portanto, trata-se de uma solução completa, estratégica e preventiva, voltada à gestão eficaz dos riscos e à promoção de ambientes escolares mais seguros.

É importante ressaltar **novamente** as desvantagens de a própria Secretaria de Educação comprar as recargas e utilizar seu quadro de pessoal para realizar as recargas dos extintores, em vez de contratar empresa especializada para prestar os serviços.. Primeiramente, é importante destacar que a recarga de extintores é uma atividade de alto risco e regulamentada por normas técnicas específicas, como a ABNT NBR 12962:2016, que estabelece os requisitos para inspeção, manutenção e recarga de extintores. Essa atividade exige a utilização de equipamentos técnicos adequados, como balanças de precisão, cilindros de teste hidrostático, prensas de recarga, câmaras de contenção, instrumentos de calibração, compressores



específicos, entre outros. Além disso, demanda mão de obra especializada, treinada e certificada, com conhecimento técnico para operar com segurança agentes químicos e gases pressurizados.

A Secretaria de Educação, por sua natureza institucional e finalidade educacional, não possui estrutura física, pessoal técnico qualificado, nem autorização legal para exercer atividade industrial de recarga de extintores. Essa prática, se executada de forma interna, colocaria o órgão em desacordo com o que estabelece o Corpo de Bombeiros Militar e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que exige que as empresas recarregadoras estejam cadastradas, certificadas e em conformidade com normas específicas de segurança e qualidade.

Além disso, a tentativa de realizar recargas internamente poderia gerar graves riscos à segurança dos servidores envolvidos e das unidades escolares, caso os procedimentos não sejam conduzidos com a precisão exigida. Falhas na recarga, na vedação dos cilindros ou na utilização de cargas inadequadas podem resultar em equipamentos inoperantes ou até em acidentes com lesões físicas, danos estruturais ou perda de patrimônio, especialmente em ambientes escolares com grande circulação de crianças, adolescentes e profissionais.

Do ponto de vista jurídico e administrativo, a execução de uma atividade técnica sem habilitação legal também exporia a gestão pública à responsabilização civil, penal e administrativa, podendo acarretar a rejeição de contas, aplicação de sanções pelos órgãos de controle ou até responsabilização pessoal de gestores, especialmente se ficar comprovado que extintores foram manipulados indevidamente ou que houve omissão no cumprimento das normas.

Por fim, é importante reforçar que a contratação de empresa especializada garante a responsabilidade técnica formal sobre os serviços prestados, assegura a emissão de certificados de conformidade, o uso de equipamentos calibrados e o cumprimento rigoroso das normas da ABNT e das exigências do Corpo de Bombeiros. Dessa forma, a terceirização desse serviço não apenas assegura a eficiência e a segurança do processo, como também permite à Secretaria concentrar-se em sua atividade-fim, que é a gestão da educação pública.

Portanto, é tecnicamente, legalmente e operacionalmente desaconselhável que a Secretaria de Educação realize a recarga de extintores por meios próprios, sendo a contratação de empresa especializada a única alternativa viável, segura e legalmente permitida para garantir a adequada manutenção desses equipamentos de segurança essenciais.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, conforme o art. 28, inciso I, e o art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, com o tipo de julgamento "menor preço por lote". A licitação será aberta a fornecedores locais, regionais e nacionais, e as especificações dos produtos serão definidas com base nos padrões usuais de mercado.

A solução escolhida para esta contratação, considerando sua viabilidade econômica, técnica e ambiental, será a modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, conforme os termos da Lei nº 14.133/2021. O Registro de Preços é uma ferramenta importante e eficiente para a Administração Pública, especialmente quando sua utilização é conveniente. Ele simplifica e otimiza os processos licitatórios, proporcionando várias vantagens, como o aperfeiçoamento do planejamento, aumento da



eficiência administrativa, redução de licitações redundantes, maior agilidade nas contratações e flexibilidade para o órgão público, que poderá realizar ou não a aquisição conforme a necessidade.

O Sistema de Registro de Preços (SRP) facilita diversas contratações, concomitantes ou sucessivas, sem a necessidade de novos procedimentos licitatórios para cada uma, atendendo a um ou mais órgãos ou entidades públicas. O quantitativo de itens, conforme demonstrado nas tabelas anexadas, será considerado na execução do processo. O SRP é um instrumento que permite ao município ou à instituição registrar um preço para a contratação de serviços ou fornecimento de materiais, o que proporciona condições comerciais mais vantajosas. Ao registrar esses preços, o município consegue obter descontos e melhores condições ao contratar um volume maior de serviços. Isso é especialmente relevante para as unidades escolares e para a Secretaria de Educação, que frequentemente necessitam de recargas de extintores para garantir a segurança das unidades escolares e do núcleo central da Secretaria de Educação. A reposição contínua dessas recargas é essencial para assegurar que os ambientes estejam devidamente protegidos contra riscos de incêndio, garantindo a segurança de alunos, servidores e do patrimônio público.

Portanto, a contratação via SRP é uma solução eficaz para atender a essas demandas, incluindo as urgentes e eventuais.

Além disso, o SRP oferece diversas vantagens. Uma delas é a flexibilidade, pois permite a aquisição de itens conforme a demanda, com a possibilidade de realizar compras parceladas, ajustadas às necessidades que surgirem durante o período de vigência da ata. Outra vantagem significativa é a economia de escala, já que, ao centralizar as contratações e negociar com um único fornecedor ou com fornecedores registrados, é possível obter preços mais competitivos devido ao volume contratado. A agilidade na contratação também é um ponto forte do SRP, pois o processo licitatório para o registro de preços já ocorreu previamente, o que facilita e acelera a formalização das contratações conforme as necessidades surgem. Por fim, o SRP favorece o planejamento e a previsibilidade, permitindo que as contratações sejam feitas de forma mais estratégica, considerando que as demandas por recargas de extintores nas unidades escolares são recorrentes e podem ser previstas com razoável antecedência.

Portanto, a utilização do Sistema de Registro de Preços para a contratação de recargas de extintores se configura como uma solução eficiente e vantajosa, garantindo a continuidade das atividades escolares e a manutenção de um ambiente seguro e adequado.

A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, com a execução dos pedidos conforme a solicitação do contratante, por meio de nota de empenho, com fornecimento conforme as conveniências e necessidades definidas pelo Setor de Patrimônio da Secretaria de Educação. Embora não haja regulamentação específica para o SRP no âmbito do município de Nova Friburgo, em conformidade com o Decreto Federal nº 11.462, de 31/03/2023, justificamos a utilização do respectivo procedimento auxiliar, nos termos do art. 3º, inciso I, desse diploma legal:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;



II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”

Este tipo de contratação vem sendo praticada nos mesmos moldes em todo o território nacional. Além de diversas contratações similares, foram identificados diversos fornecedores capazes de atender a demanda da Administração Pública, caracterizando, assim, como a melhor solução é mais viável para o objeto em questão.

O presente processo administrativo será realizado através de PREGÃO ELETRÔNICO, com fulcro no art. 28, Inciso I da lei 14.133/2021 e será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Em conformidade com o do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes entendendo que é tecnicamente viável e economicamente vantajoso para administração. Isto porque o parcelamento, quando viável, garante isonomia e ampliação da competitividade do certame, que são princípios gerais do Micro Sistema das Licitações e Contratações, nos termos da **Súmula 247 do TCU “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das Licitações para contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, ou perda da economia de escala, tendo em vista o objeto de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”** Diante disso, estabelece-se que a adjudicação será realizada por lote uma vez que a contratação parcelada se mostra inviável técnica e economicamente, considerando o gerenciamento centralizado na fase de exercer a fiscalização dos serviços a serem prestados pelo contratado, podendo vir a ocasionar dificuldade de se atribuir futuras responsabilidades. Assim, o parcelamento da contratação não se justifica, razão pela qual será uma licitação por lote.

O parcelamento da solução será realizado, com os itens divididos em cota exclusiva, em conformidade com o tratamento diferenciado previsto pela Lei Complementar nº 123/2006, considerando que o presente processo envolve bens de natureza divisível, com valor preliminarmente estimado inferior a R\$ 80.000,00. A separação dos itens será efetuada posteriormente, após a cotação dos preços, que será conduzida pelo setor de Cotação da Secretaria de Licitações e Planejamento.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:



Com a contratação dos serviços continuados de recarga, manutenção preventiva e corretiva, bem como afiação de extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, pretende-se alcançar resultados concretos e indispensáveis à segurança física e patrimonial das unidades escolares, do Almoxarifado Central e do Núcleo Central da Secretaria. Esses serviços abrangerão extintores dos tipos Gás Carbônico (CO₂) 6kg, Pó Químico Seco (PQS) 6kg e 4kg, e Água Pressurizada (AP) 10 litros, que devem estar permanentemente em condições ideais de funcionamento e adequadamente instalados.

Dessa forma, o resultado principal a ser alcançado é garantir que todos os extintores estejam dentro dos padrões exigidos pelas normas técnicas vigentes, especialmente a ABNT NBR 12693:2021, que trata dos sistemas de proteção por extintores de incêndio, e a ABNT NBR 12962:2016, que dispõe sobre os procedimentos de inspeção e manutenção. A execução desses serviços por empresa especializada permitirá assegurar que todos os equipamentos estejam dentro da validade, revisados, testados, recarregados e afixados de maneira correta e segura.

Além disso, espera-se com essa contratação reduzir significativamente os riscos à integridade física de estudantes, profissionais da educação, visitantes e demais frequentadores das instalações. A pronta disponibilidade de extintores em perfeito estado de uso é fundamental para garantir uma resposta eficiente em casos de princípios de incêndio, protegendo não apenas vidas, mas também o patrimônio público. De forma complementar, o serviço prestado permitirá que as unidades escolares e administrativas mantenham-se em conformidade com as exigências legais do Corpo de Bombeiros, viabilizando a emissão e renovação de documentos como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), condição essencial para o funcionamento regular das edificações públicas.

Adicionalmente, a solução adotada trará benefícios operacionais importantes, como o estabelecimento de um controle técnico padronizado de todos os equipamentos, com identificação individualizada, rastreamento e histórico de manutenção. Isso contribuirá diretamente para a gestão eficiente do patrimônio público e para a otimização dos recursos utilizados. Por meio da manutenção contínua e planejada, será possível reduzir intervenções emergenciais, aumentar a durabilidade dos equipamentos e garantir maior previsibilidade nos atendimentos.

Por fim, ao garantir a execução desses serviços por empresa especializada, a Secretaria evita riscos legais e operacionais, assegurando que os serviços sejam prestados com responsabilidade técnica, certificação e garantia de qualidade. Assim, além de cumprir as normas e legislações aplicáveis, essa iniciativa reforça o compromisso da gestão com a segurança da comunidade escolar e com a criação de ambientes educacionais seguros, acolhedores e preparados para enfrentar situações de emergência com eficiência e responsabilidade.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Todas as Unidades Escolares, Secretaria de Educação e Almoxarifado receberão os serviços contínuos de recarga de extintores conforme o número de extintores em cada espaço físico. Dessa forma, não há necessidade de providências adicionais ao contrato.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:



Não vislumbramos contratações correlatas e/ou interdependentes para o presente caso.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Pode haver possíveis impactos ambientais decorrentes da realização de recarga de extintores. Há a possibilidade de Geração de resíduos perigosos: agentes extintores descartados durante a recarga, que podem ser perigosos para o meio ambiente; Alto consumo de energia e água: o processo de recarga dos extintores pode consumir água e energia. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos exigidos neste tópico.

Inicialmente, vale lembrar que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é um dos princípios expressos nas licitações públicas, conforme previsto no Art. 5º da Lei 14.133/2021. Desta forma, com a finalidade de efetivar a responsabilidade ambiental, bem como mitigar os possíveis impactos ambientais as empresas fornecedoras contratadas devem adotar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental:

- a) Na execução do objeto contratual, deverão adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços;
- b) Observar os requisitos ambientais para certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Considerando todas as fases do ciclo de vida dos produtos citados, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

- 1. Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos originados da fabricação dos bens contratados: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e outras formas vedadas pelo Poder Público.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Este Estudo Técnico Preliminar demonstra que a contratação de empresa especializada para prestar serviços continuados de recarga, manutenção e afixação em extintores de incêndio portáteis pertencentes ao patrimônio da Secretaria de Educação para atender às necessidades das Unidades Escolares, Almoxarifado e Núcleo Central da Secretaria de Educação é tecnicamente viável e essencial. A contratação é necessária para garantir a continuidade dos serviços, visando à segurança e o bem-estar dos alunos e funcionários.



A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com fundamento no art. 28, inciso I, e no art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Federal nº 11.462, de 31/03/2023. A utilização do Sistema de Registro de Preços se justifica pela conveniência de fornecer os materiais de forma parcelada, conforme a demanda, com o objetivo de minimizar o risco de desabastecimento e reduzir os custos associados à aquisição.

Dessa forma, o registro de preços será utilizado conforme as necessidades futuras dos produtos, levando em consideração o consumo gradual dos itens do lote solicitado, o que permite maior flexibilidade e adequação às demandas reais ao longo do tempo.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº 14.133/21.

Gestor:	Apoio Técnico:	De acordo:
<hr/> Gustavo da Silva Martins Coordenador de Patrimônio Mat.: 105.872	<hr/> Márcia Irene dos Santos Coordenadora de Manutenção Escolar Matr.: 105.571	<hr/> Eraldo Alves Júnior Subsecretário de Infraestrutura e Logística Educacional Matr.: 116.272

Nova Friburgo/RJ, 28 de abril de 2025.